

BARBOSA, TCF. **A mortalidade infantil e a atuação dos Comitês nos municípios do Litoral Norte de São Paulo de 2003 a 2012.** [Dissertação de Mestrado]. Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da CRH/SES-SP. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde - Instituto de Saúde; 2013.

## RESUMO

**Introdução** – A partir da década de 90, o Sistema Único de Saúde brasileiro passou a incentivar a criação dos Comitês Municipais de Investigação da Mortalidade Materna e Infantil (CMMI) visando: qualificar os sistemas de informação; melhorar a assistência à saúde; subsidiar políticas e reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil. Na região do Litoral Norte do Estado de São Paulo (SP) são escassos estudos sobre a evolução da mortalidade infantil e a atuação dos CMMIs. **Objetivo** – Avaliar o comportamento da mortalidade infantil e a implantação dos CMMIs no Litoral Norte de SP entre os anos de 2003 a 2012. **Metodologia** – Trata-se de uma pesquisa avaliativa do tipo análise de implantação nas abordagens quantitativa e qualitativa. Foram obtidos dados secundários nos sistemas de informação SIM/SINASC. Verificou-se a atuação dos CMMIs em Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba através da aplicação de uma matriz de julgamento que mensurou o grau de implantação da estratégia em cada município. A verificação das fortalezas e fragilidades da estratégia foi obtida através de entrevistas aos membros e gestores municipais de saúde. **Resultados** – As taxas de mortalidade infantil (TMIs) nos municípios do Litoral Norte SP mostraram valores decrescentes entre 2003 e 2012. Persistem na região os óbitos neonatais precoces, por causas perinatais e por malformações congênitas, sendo a maioria evitável por intervenções relacionadas à gestação, ao RN e, em menor proporção, ao parto. Os Comitês apresentaram implantação parcial em Ilhabela e Ubatuba e implantação simplificada em Caraguatatuba e São Sebastião. Os quatro municípios exibiram problemas estruturais importantes. Entre os problemas estruturais, ressalta-se a carência: de espaço próprio, equipamentos de informática e representações do Ministério Público e da Sociedade Civil em sua composição. No que se refere aos problemas no processo de trabalho destaca-se: a dificuldade dos membros se reunirem; a incompreensão quanto ao papel do CMMI; a dificuldade na compreensão dos relatórios médicos; a falta de limites entre as atribuições das Vigilâncias Epidemiológicas e dos CMMIs, e principalmente, a falta de apoio dos gestores para a efetivação de ações de combate à mortalidade infantil. Quanto aos avanços, cita-se: a promoção das atividades educativas no âmbito da saúde e a melhoria na qualidade das informações em saúde. Gestores e membros destacaram a influência dos determinantes sociais na ocorrência dos óbitos e ressaltaram um problema emergente na região: a ocorrência de óbitos em bebês prematuros egressos da UTI Neonatal de Caraguatatuba. **Conclusão** – Diante do exposto, conclui-se que os gestores municipais de saúde precisam amparar melhor os CMMIs, uma vez as implementações de ações de combate ao óbito infantil, bem como a elaboração de políticas na área da saúde materno-infantil dependem dessa parceria. **Potencial de aplicabilidade:** Para a melhoria das ações dos Comitês é necessário que os gestores municipais de saúde deem maior apoio, tanto do ponto de vista estrutural quanto no processo de trabalho dos membros. Os resultados deste estudo serão apresentados a todos os Secretários de Saúde dos municípios do Litoral Norte, no sentido de colaborarem na elaboração de uma ação estratégica na região.

**Descritores:** Mortalidade infantil; Coeficiente de Mortalidade; Saúde Materno Infantil;